



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

Banco Original S.A.

30 de Junho de 2017

	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 9 . Outros Créditos	20
Nota 10 . Outros Valores e Bens	22
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 12 . Imobilizado de Uso	23
Nota 13 . Intangível	23
Nota 14 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 15 . Obrigações por empréstimos	25
Nota 16 . Outras Obrigações	25
Nota 17 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 18 . Patrimônio Líquido	27
Nota 19 . Limites Operacionais	27
Nota 20 . Partes Relacionadas	28
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	29
Nota 22 . Despesas de Pessoal	29
Nota 23 . Outras Despesas Administrativas	29
Nota 24 . Despesas Tributárias	29
Nota 25 . Outras Receitas Operacionais	30
Nota 26 . Outras Despesas Operacionais	30
Nota 27 . Resultado não Operacional	30
Nota 28 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 29 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 30 . Outras Informações	31
Nota 31 . Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	32
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Atuação

O Conglomerado contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócio bem definidas, sólida governança corporativa, robusta gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

- Banco de Atacado:

Corporate - que conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;

Agronegócio - com atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados;

- Banco de Varejo:

Foi lançado em 27 de março de 2016, e tem sua atuação nos segmentos *Affluent* (renda acima de R\$ 7 mil) e Pessoa Física (renda abaixo de R\$7 mil) como um *Full Bank*, oferecendo além de conta corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros e diversos produtos de investimento.

Destaca-se ainda a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem que permite ao Conglomerado estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Em 2017, dado o cenário econômico do país, optamos no Banco de Atacado por uma atuação mais conservadora, reduzindo algumas exposições para preservar a liquidez. Já no Banco de Varejo o crescimento e a expansão da base de clientes e produtos continuaram acima do esperado, e superaram todas as metas.

Banco de Varejo - Banco Digital

O Projeto Banco digital foi concebido para oferecer serviços personalizados para as pessoas físicas, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado e trazer pulverização e diversificação para a captação no Banco.

Para criar uma plataforma digital com serviços de qualidade, atendimento diferenciado, foram feitos investimentos com contratação, treinamento de profissionais, compra e desenvolvimento de softwares utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.

Dentre os serviços oferecidos, destacam-se a abertura de contas e contratação de produtos de forma 100% digital.

Prêmios e Reconhecimentos

O Banco Original recebeu prêmios de reconhecimentos do mercado pela sua inovação:

- Primeira instituição financeira do país a receber o prêmio global Innovation Awards da Efma & Accenture;
- 100+ Inovadoras no uso de TI pela It midia na categoria bancos
- 12º Prêmio de Relatório Bancário na categoria CRM: Case – Plataforma de Atendimento;
- 6º Prêmio Líderes do Brasil 2016 na categoria personalidade financeira;
- Prêmio Lide Marketing Promocional;
- Duplamente premiado no Marketing Best com o melhor case de Lançamento de Banco e da Arena Banco Original (evento de música, entretenimento e gastronomia)
- Prêmio efinance 2016 de Inovação no Modelo de Negócio.
- 10 mais inovadores pela edição 2017 anuário Valor Inovação Brasil.

Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2017, o Banco Original apresentou lucro no semestre de R\$2.638, contra um prejuízo de R\$ 2.330 apresentado no primeiro semestre de 2016.

A melhora foi decorrente de um aumento no resultado da intermediação financeira, impactado principalmente por reversões de provisão de operações de crédito decorrentes das cessões de carteira.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 7.877.382 (30/06/2016 - R\$ 7.297.787), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Aplicações Interfinanceiras	158.966	944.075
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.171.052	950.146
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	3.594.543	4.139.542

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do semestre, atingiu o saldo de R\$ 4.075.467(30/06/2016 - R\$ 4.225.436) e o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 165.495 (30/06/2016 - R\$ 93.593), correspondente 4,06 % da carteira expandida.

Em 2017 a Carteira de Crédito e outros créditos sofreu uma redução devido a baixa recuperação econômica do mercado, afetando o desempenho dos mais diversos setores. Dessa forma o aumento dos limites de créditos vigentes ou a aprovação em mais larga escala de novos créditos foram comprometidos. Por essa razão, o Banco estabeleceu uma política mais conservadora no primeiro semestre de 2017, o que fez com que menos créditos fossem liberados. Por fim, a carteira de crédito também foi reduzida pelo impacto da venda de R\$ 430.907 de crédito ativo.

O prazo médio da carteira ativa ao final do semestre é de 267 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas concessões de créditos está demonstrados pelos seguintes indicadores:

- 68% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 92% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.

O quadro a seguir demonstra que mesmo neste cenário adverso a posição de risco de crédito do Conglomerado está bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito substancialmente, são solicitadas garantias bem superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Carteira e Garantias				% Cobertura R\$ mil
	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	Garantia Real	
AA - C	3.217.272	110.153	3.327.425	5.012.267	150,6%
D-H	147.142	182.653	329.795	308.560	93,6%
TOTAL	3.364.414	292.806	3.657.219	5.320.827	145,5%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.087.327 (30/06/2016 - R\$ 2.071.266), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.514)	(1.140)
Prejuízos Acumulados	(34.160)	(57.595)

● Reestruturação em controladas

O capital social da controlada Original Asset Management foi considerado excessivo e sofreu uma redução de R\$ 61.119, passando de R\$ 63.119 para R\$ 2.000.

O valor foi integralmente devolvido aos sócios de acordo com o percentual de participação. O montante devolvido para o Conglomerado atingiu R\$ 61.119 correspondente a sua participação de 99,99%.

● Agência de Rating

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+

(1) Junho 2017

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2017, foram abertas 29 demandas (30/06/2016 - 25), as demandas foram informadas à Alta Administração do Banco e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.

Contador

Carlos André Hermesindo da Silva
CRC - 281528/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 31 às demonstrações financeiras do Banco, que menciona o Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual controladora indireta do Banco, bem como o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação ao Banco. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa 20 às demonstrações financeiras do Banco, que apresenta as transações efetuadas com partes relacionadas ao Banco. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante		4.671.383	5.004.034
Disponibilidades	4	433.153	19.437
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	158.966	938.868
Aplicações no Mercado Aberto		-	938.868
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		140.735	-
Aplicações em Moedas estrangeiras		18.231	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.052.185	606.607
Carteira Própria	6.a	1.042.734	474.717
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	-	-
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	-	53.296
Instrumentos Financeiros Derivativos		9.451	78.594
Relações Interfinanceiras	7	3.652	1.128
Pagamento e Recebimentos a Liquidar		1.913	253
Créditos Vinculados:		1.485	803
Depósitos no Banco Central		1.485	803
Correspondentes		254	72
Relações Interdependências	14.d	12.148	6.456
Transferências Internas de Recursos		12.148	6.456
Operações de Crédito	8	1.335.491	1.615.780
Setor Privado		1.423.272	1.660.252
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(87.781)	(44.472)
Outros Créditos		1.660.309	1.746.912
Carteira de Câmbio	9.a	61.518	95.202
Rendas a Receber		407	645
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	1.690	10.854
Créditos Tributários	9.b.1	44.897	22.000
Direitos creditórios	9.e	1.460.197	1.578.274
Diversos	9.d	124.762	55.700
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(33.162)	(15.763)
Outros Valores e Bens	10	15.479	68.846
Despesas Antecipadas		15.479	68.846
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.443.428	1.522.355
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	5.207
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	5.207
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.118.867	343.539
Carteira Própria	6.a	456.506	140.983
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	483.703	50.112
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	176.223	151.362
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.435	1.082
Operações de Crédito	8	477.582	686.816
Setor Privado		521.309	720.143
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(43.727)	(33.327)
Outros Créditos		782.227	420.074
Direitos creditórios	9.e	189.765	180.873
Créditos Tributários		217.807	233.032
Diversos	9.d	374.698	6.200
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(43)	(31)
Outros Valores e Bens	10	64.752	66.719
Outros Valores e Bens		70.742	72.602
(Provisão para Desvalorização)		(5.990)	(5.883)
Permanente		762.571	771.398
Investimentos		6.505	73.242
Participações em Coligadas e Controladas:			
No País	11	6.057	72.794
Outros Investimentos		448	448
Imobilizado de Uso	12	74.978	649.858
Outras Imobilizações de Uso	12.b	93.953	673.029
(Depreciações Acumuladas)		(18.975)	(23.171)
Ativos Intangíveis	13	681.088	48.298
Ativos Intangíveis		766.383	48.298
(Amortização Acumulada)		(85.295)	-
Total do Ativo		7.877.382	7.297.787

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Passivo Circulante		3.567.766	3.439.003
Depósitos	14.a	1.292.895	869.142
Depósitos à Vista		108.343	52.874
Depósitos Interfinanceiros		157.643	2.035
Depósitos a Prazo		1.026.909	814.233
Captações no Mercado Aberto	14.b	478.431	93.683
Carteira Própria		478.431	50.001
Carteira de Terceiros		-	43.682
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.409.451	1.768.255
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.409.451	1.765.417
Certificados de Operações Estruturadas		-	2.838
Relações Interfinanceiras	7	1.662	834
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.662	834
Relações Interdependências	14.d	15.218	13.025
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.188	6.505
Transferências Internas de Recursos		11.030	6.520
Obrigações por empréstimos	15	49.699	350.524
Empréstimos no Exterior		49.699	350.524
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	49.067	35.720
Outras Instituições		49.067	35.720
Instrumentos Financeiros Derivativos		19.596	120.057
Instrumentos Financeiros Derivativos		19.596	120.057
Outras Obrigações		251.747	187.763
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		654	274
Carteira de Câmbio	9.a	3.104	27.235
Sociais e Estatutárias		-	-
Fiscais e Previdenciárias	16.a	12.520	15.735
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	2.401	10.214
Diversas	16.b	233.068	134.305
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.215.415	1.784.373
Depósitos	14.a	1.723.207	1.191.348
Depósitos a Prazo		1.723.207	1.191.348
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	451.772	546.409
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		450.507	546.218
Certificados de Operações Estruturadas		1.265	191
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	-	2.624
Outras Instituições		-	2.624
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	19
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	19
Outras Obrigações		40.436	43.973
Diversas	16.b	40.436	43.973
Resultados de Exercícios Futuros		6.874	3.145
Rendas Antecipadas		6.874	3.145
Patrimônio Líquido		2.087.327	2.071.266
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	(8.514)	(1.140)
Prejuízos Acumulados		(34.160)	(57.595)
Total do Passivo		7.877.382	7.297.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas da Intermediação Financeira		632.075	441.078
Operações de Crédito	8.g	422.462	275.822
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	101.689	83.326
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	105.995	87.665
Resultado de Operações com Câmbio	9.a.1	1.929	(5.735)
Despesas da Intermediação Financeira		(319.521)	(253.156)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(319.590)	(274.697)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.f	69	21.541
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		312.554	187.922
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	17.465	(35.505)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		330.019	152.417
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(305.618)	(169.308)
Receitas de Prestação de Serviços	21.a	12.890	8.561
Tarifas	21.b	1.608	15
Despesas de Pessoal	22	(157.445)	(88.177)
Outras Despesas Administrativas	23	(175.022)	(111.639)
Despesas Tributárias	24	(15.847)	(10.542)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	361	250
Outras Receitas Operacionais	25	29.937	42.724
Outras Despesas Operacionais	26	(2.100)	(10.500)
Resultado Operacional		24.401	(16.891)
Resultado não Operacional	27	(461)	(565)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		23.940	(17.456)
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	(396)	34.998
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
Ativo Fiscal Diferido		(396)	34.998
Participações no Lucro		(20.906)	(19.872)
Lucro/ (Prejuízo) do Semestre		2.638	(2.330)
Juros Sobre Capital Próprio		-	-
Lucro Líquido/Prejuízo por Ação - em (537.826.073) Ações		0,0049	(0,0043)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		26.550	(26.550)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	9.836	-	9.836
Lucro Líquido no Exercício		-	-	-	(2.330)	(2.330)
Saldos em 30 de Junho de 2016		2.130.001	-	(1.140)	(57.595)	2.071.266
Mutações do Semestre		26.550	(26.550)	9.836	(2.330)	7.506
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.130.001	-	3.554	(36.798)	2.096.757
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	(12.068)	-	(12.068)
Lucro Líquido no semestre		-	-	-	2.638	2.638
Saldos em 30 de Junho de 2017		2.130.001	-	(8.514)	(34.160)	2.087.327
Mutações do Semestre		-	-	(12.068)	2.638	(9.430)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Atividades Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Semestre		2.638	(2.330)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre		60.000	(70.220)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(17.465)	35.505
Carteira de crédito		(25.336)	30.332
Outros Créditos		7.871	5.173
Cessão de créditos		-	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(361)	(250)
Depreciações e Amortizações	23	49.127	10.485
Ajuste a Valor de Mercado		6.573	(94.191)
Tributos Diferidos		396	(34.998)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	26	717	(6.643)
Provisão de Participações no Lucro		20.906	19.872
Provisão para Desvalorização BNDU	10	107	-
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre Ajustado		62.638	(72.550)
Variações em Ativos e Passivos			
		299.941	562.567
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		11.914	(328)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(479.108)	18.383
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		17.298	6.589
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		729.387	392.689
Redução (Aumento) em Outros Créditos		741.343	(486.356)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		11.141	(55.054)
Aumento (Redução) em Depósitos		(165.754)	658.177
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		88.340	50.001
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(549.547)	153.249
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(100.709)	(129.710)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(4.364)	(45.073)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		362.579	490.018
Atividades de Investimento			
Aumento de Investimentos		-	(7.548)
Aquisição de Imobilizado de Uso	12.b	(5.448)	(26.309)
Alienação de Imobilizado de Uso	12.b	19.067	-
Aplicações no Intangível		(83.970)	(123.034)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(70.351)	(156.891)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		292.228	333.127
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		933.191	625.179
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	1.225.419	958.305
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		292.228	333.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi consolidada e feita a compensação de saldos da agência no exterior das Ilhas Cayman.

Foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Original S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho 2017 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em xx de agosto de 2017 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

● **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.

● **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

● **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

● **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;

● **Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), com partes relacionadas. Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

No primeiro semestre de 2017 o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534/2016 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de

Ativos com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2017, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Banco Original possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado para operações livres de risco. As cessões de crédito foram feitas a valor contábil e as transações estão demonstradas na Nota 20, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2017 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da administração.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	433.153	19.437
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	92.536	938.868
Títulos e Valores Mobiliários 6.a.2 (Nota 7)	699.730	-
Total	1.225.419	958.305

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	-	-	-	938.868
Posição Bancada	-	-	-	-	895.245
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	14.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	271.499
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	608.747
Posição Financiada	-	-	-	-	43.623
Letras do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	43.623
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	74.305	66.430	-	140.735	5.207
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	3.490	-	3.490	5.207
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	74.305	62.940	-	137.245	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	18.231	-	-	18.231	-
Aplicação prazo fixo	18.231	-	-	18.231	-
Total	92.536	66.430	-	158.966	944.075
Circulante				158.966	938.868
Longo Prazo				-	5.207

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na B3, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	106.728	219	106.947	-
Letra do Tesouro Nacional - LTN	867.191	530	867.721	-
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	-	-	-	40.757
LF Pós Principal e Encargos	1.477	-	1.477	-
Total Carteira Própria	975.396	749	976.145	40.757
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letra do Tesouro Nacional - LTN	359.645	2.405	362.050	-
Total Vinculados a compromisso de recompra	359.645	2.405	362.050	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letra do Tesouro Nacional - LTN	175.147	1.076	176.223	-
Total Vinculados a prestação de garantias	175.147	1.076	176.223	-

(1) Ações com a JBS

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro	13.344	25	13.369	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	23.013
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	49.107
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	162.424	1.005	163.429	133.976
Aplicação em títulos e valores mobiliários no Exterior	-	-	-	349.957
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.243	-	3.243	2.840
Debêntures ⁽²⁾	88.185	(712)	87.473	16.050
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	271.710	(16.129)	255.581	-
Total Carteira Própria	538.906	(15.811)	523.095	574.943
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	119.968	387	120.355	50.112
Títulos Privados				
Debêntures	1.288	10	1.298	-
Total Vinculados a compromisso de recompra	121.256	397	121.653	50.112
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	51.704
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	152.954
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	204.658

(1) Em 30 de junho de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 35.493, sendo valor de custo R\$ 39.813 decrescido do ajuste negativo de R\$ 4.312 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017. No mesmo período foram recebidas ações da JBS no montante de R\$ 245.098 como parte do pagamento de cessão de crédito Nota 9f., classificadas como Títulos disponíveis para venda.

a.2) Classificação e Vencimento

	30/06/2017			30/06/2016	
	Sem Vencimento	De 3 a Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos para Negociação					
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	106.947	106.947
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	699.730	48.856	119.135	867.721
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	40.755
LF Pós Principal e Encargos	-	-	1.094	383	1.477
Total Carteira Própria	-	699.730	49.950	226.465	976.145
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	362.050	362.050
Total Vinculados a compromisso de recompra	-	-	-	362.050	362.050
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	176.223	176.223
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	176.223	176.223
Circulante	-	-	-	749.680	40.755
Longo Prazo	-	-	-	764.738	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/06/2017	30/06/2016
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos Disponíveis para Venda					
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	13.369	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	23.013
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	49.107
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	163.429	133.976
Aplicação em tit. e valores mobiliários no Exterior	-	-	-	-	349.958
Total Títulos Públicos	-	-	-	176.798	556.054
Títulos Privados					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	3.243	-	-	2.840
Debêntures ⁽²⁾	-	-	34.230	53.243	16.050
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	255.581	-	-	-	255.581
Total Títulos Privados	255.581	3.243	34.230	53.243	18.890
Total Carteira Própria	255.581	3.243	34.230	230.041	574.944
Circulante				293.054	433.961
Longo Prazo				230.041	140.983
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	120.355	50.112
Total Títulos Públicos	-	-	-	120.355	50.112
Títulos Privados					
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	1.298	-
Total Títulos Privados	-	-	-	1.298	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	121.653	50.112
Circulante				-	-
Longo Prazo				121.653	50.112
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	51.704
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	152.954
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	-	204.658
Circulante				-	53.296
Longo Prazo				-	151.362

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gala Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a. seu vencimento é em fevereiro de 2019.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

(3) Em 30 de junho de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 35.493, sendo valor de custo R\$ 39.813 decrescido do ajuste negativo de R\$ 4.312 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017. No mesmo período foram recebidas ações da JBS no montante de R\$ 245.098 como parte do pagamento de cessão de crédito Nota 9f., classificadas como Títulos disponíveis para venda.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a	
	30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	52.734	51.044
Resultado de Títulos de Renda Fixa	68.637	23.634
Resultado de Títulos de Renda Variável	(19.713)	(9.852)
Resultado de Títulos no Exterior	31	18.500
Total	101.689	83.326

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 29.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades de dos clientes, ; e
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test; e
- Stop Loss.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2017 o Banco detinha um único instrumento financeiro derivativo classificado contabilmente, nos termos da Circular 3.082/02, como hedge de fluxo de caixa. Este instrumento é um SWAP que faz o hedge da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman.

Carteira Trading - jun/2017		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	jun/16		
		Média	Fechamento	
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	2.187	205	16.144
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	3	-
Milho	Preço do Milho CEPEA	-	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.881	62	407
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	1.428	-	28
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.130	10.918	15.204
Exposição com Correlação		13.300	10.668	39.338

Carteira Banking - jun/2017		Teste de Estresse		
Risco		jun/16		
		Média	Fechamento	
Risco de Taxa de Juros		32.947	45.207	31.822

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3; e
- **NDF:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontra-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	18.607	6.957	5.831.601	64.267	69.576	1.044.342
Prefixado	12.897	961	3.684.578	64.267	69.472	547.531
Dólar	5.710	5.996	2.147.023	-	104	496.811
Passivo	(21.291)	(19.494)	(5.831.601)	(45.136)	(46.302)	(1.044.342)
Prefixado	(17.108)	(9.197)	(2.147.023)	(45.136)	(46.266)	(496.811)
Dólar	(4.183)	(10.297)	(3.684.578)	-	(36)	(547.531)
Diferencial Líquido	(2.684)	(12.537)	-	19.131	23.274	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	1.755	4.929	175.673	8.216	10.035	439.407
Prefixado	1.529	3.289	105.239	127	939	41.702
Dólar	164	297	20.161	1.412	1.579	339.595
CDI	62	1.343	50.273	6.677	7.517	58.110
Passivo	(209)	(97)	(175.673)	(58.566)	(72.067)	(439.407)
Prefixado	(209)	(97)	(20.161)	(58.525)	(72.067)	(337.651)
Dólar	-	-	(105.239)	-	-	(60.054)
CDI	-	-	(50.273)	(41)	-	(41.702)
Diferencial Líquido	1.546	4.832	-	(50.350)	(62.032)	-
Opções						
Posição Passiva	-	-	-	-	(1.451)	17.500
Futuro Dólar	-	-	-	-	(1.451)	17.500
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(1.451)	17.500
COE (Certificado de Operação Estruturada)						
Posição Ativa	-	-	2.548	-	66	3.579
Dólar	-	-	2.548	-	66	3.579
Posição Passivo	-	(5)	(2.548)	-	(257)	(3.579)
Dólar	-	(5)	(2.548)	-	(257)	(3.579)
Diferencial Líquido	-	(5)	-	-	(191)	-

	30/06/2017			30/06/2016		
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Resumo						
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(2.684)	(9.853)	(12.537)	5.831.601	4.143	1.044.342
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	1.547	3.285	4.832	175.673	(11.683)	439.407
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	2.548	(1.332)	1.450
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(5)	(5)	-	(191)	3.579
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	3.524.857	-	6.967.938
Total	(1.137)	(6.573)	(7.710)	9.534.679	(9.063)	8.456.716

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2017			30/06/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(10.350)	(2.187)	-	(12.537)	23.273
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	361	2.036	2.435	4.832	(62.032)
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(1.450)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	(5)	-	-	(5)	(191)
Total	(9.994)	(151)	2.435	(7.710)	(40.400)
Valores Referenciais dos Futuros*					
IND	-	-	-	-	523
DI	121.279	83.072	938.439	1.142.790	5.111.482
Dólar	1.496.587	-	-	1.496.587	761.767
DDI	343.362	385.810	96.376	825.548	1.030.022
BGI	-	1.205	-	1.205	-
Euro	58.727	-	-	58.727	64.143
Total	2.019.955	470.087	1.034.815	3.524.857	6.967.938

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ (711) passivo (30/06/2016 – R\$ 641 ativo), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 176.223 (30/06/2016 - R\$ 204.658) este representado por LTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, e na B3.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	01/01 a	01/01 a
			30/06/2017	30/06/2016
			Resultado	Resultado
NDF	82.545	(152.557)	(70.012)	127.829
"Swap"	8.619	(1.577)	7.042	(73.767)
Opções	318	-	318	-
DI	94.808	(6.527)	88.281	(19.005)
DDI	40.734	(28.430)	12.304	240.482
BGI	176	(18)	158	(1.332)
Moedas	77.014	(4.504)	72.510	(178.424)
Índice	2.424	(5.563)	(3.139)	(27)
Futuro DT	-	(493)	(493)	-
Dólar	-	(934)	(934)	(8.088)
Outros	198	(238)	(40)	(3)
Total	306.836	(200.841)	105.995	87.665

b.4) Hedge de Fluxo de Caixa

O Banco Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2017 o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 413, contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 1.990 ativos (30/06/2016 - R\$ 294 ativo) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos e Títulos Descontados	1.039.712	1.273.586
Adiantamentos a Depositantes	-	-
Empréstimos	1.039.712	1.273.586
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	210.481	375.112
Capital de Giro	672.625	782.432
Conta Corrente Garantida	29.853	104.930
Empréstimo Consignado	1.137	4.871
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	29.092	71
Cheque Especial	24	3.788
Empréstimo Rotativo	13.844	1.670
Crédito Pessoal	15.041	-
Outros empréstimos	67.615	712
Títulos Descontados	171.540	108.833
Financiamentos	605.750	867.067
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	605.750	867.067
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	50.524	39.586
Financiamentos Imobiliários	77.054	91.322
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	56.376	76.595
Direitos Creditórios (Nota 9.e)	1.649.962	1.759.147
Outros créditos	6.301	9.300
Sub-Total	3.657.219	4.225.436
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(131.508)	(77.799)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.162)	(15.794)
Total	3.492.549	4.131.843
Circulante	2.825.202	3.445.027
Longo Prazo	667.347	686.816

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			30/06/2017	30/06/2016
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	Setor Privado				
Rural	60.360	605.554	211.428	877.342	1.161.172
Indústria	27.014	485.055	339.853	851.922	1.021.665
Financeiro	-	5.335	-	5.335	1.814
Outros Serviços	25.875	1.508.380	155.474	1.689.729	2.006.845
Pessoas Físicas	64.291	161.181	7.419	232.891	33.940
Total	177.540	2.765.505	714.174	3.657.219	4.225.436

c) Concentração de Crédito

	30/06/2017				30/06/2016	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	806.679	22%	3.822	2%	972.154	23%
50 Maiores Devedores Seguintes	997.288	27%	57.276	35%	1.209.641	29%
100 Maiores Devedores Seguintes	502.596	14%	29.624	18%	665.238	16%
Demais Devedores Seguintes	1.350.656	37%	73.990	45%	1.378.403	32%
Total	3.657.219	100%	164.713	100%	4.225.436	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2017
	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão
	Mínima Requerida				Requerida
AA	0,0%	762.733	-	762.733	-
A	0,5%	1.718.186	90	1.718.276	8.590
B	1%	441.631	40.292	481.923	4.819
C	3%	294.721	69.771	364.492	10.935
D	10%	104.293	14.338	118.631	11.863
E	30%	16.734	31.265	47.999	14.400
F	50%	9.530	48.502	58.032	29.016
G	70%	15.213	51.593	66.806	46.764
H	100%	1.372	36.955	38.327	38.327
Total		3.364.413	292.806	3.657.219	164.713
		3.364.413	292.806		

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2016
	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão
	Mínima Requerida				Requerida
AA	0,0%	707.247	-	707.247	-
A	0,5%	2.042.580	-	2.042.580	10.213
B	1%	777.903	39.260	817.163	8.171
C	3%	262.883	76.997	339.880	10.196
D	10%	127.104	73.686	200.790	20.079
E	30%	73.519	24.217	97.736	29.321
F	50%	1.586	5.908	7.494	3.747
G	70%	987	1.282	2.269	1.589
H	100%	2.549	7.728	10.277	10.277
Total		3.996.358	229.078	4.225.436	93.593

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	222.369	114.645
Constituição Líquida de Reversão	(25.336)	30.332
Baixa para Prejuízo	(65.525)	(67.178)
Saldo Final ⁽¹⁾	131.508	77.799
Circulante	87.781	44.472
Longo Prazo	43.727	33.327
Créditos Recuperados ⁽²⁾	304.107	23.978

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	25.334	10.621
Constituição Líquida de Reversão	7.871	5.173
Saldo Final	33.205	15.794
Circulante	33.162	15.763
Longo Prazo	43	31

No primeiro semestre de 2017, os créditos renegociados são de R\$ 363.772 (30/06/2016 - R\$ 240.617), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2017 é de R\$ 28.283 (30/06/2016 - R\$ 30.553), relativo as operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. A venda da carteira no primeiro semestre de 2017 foi efetuada no valor de R\$ 478.048 conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	430.907	19.505
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	47.141	17.242
Total da venda ⁽³⁾	478.048	36.747

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$

(2) O montante de R\$ 47.141 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas Nota 20.d

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	795	438
Rendas de Empréstimos	290.151	143.904
Rendas de Títulos Descontados	14.002	38.183
Rendas de Financiamentos	66.841	71.104
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	50.789	23.978
Resultado com Cessão de Créditos sem Coobrigação	504	264
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	-	(128)
Perdas com Créditos Incobráveis	(620)	(1.921)
Total	422.462	275.822

(1) No primeiro semestre de 2017 o montante de R\$ 47.141 refere-se a recuperação de crédito baixado para prejuízo pela cessão de crédito Nota 8.f.

9. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio:

	30/06/2017	30/06/2016
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Estrangeira Recebidos		(32)
Direitos sobre Venda de Câmbio	458	7.228
Câmbio Comprado a Liquidar	59.844	86.916
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	1.216	1.090
Total	61.518	95.202
Circulante	61.518	95.202
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	(457)	(7.113)
Obrigações por Compra de Câmbio	(57.806)	(95.627)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	55.159	75.505
Total	(3.104)	(27.235)
Circulante	(3.104)	(27.235)

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.217 (30/06/2016 - R\$ 1.090) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 55.159 (30/06/2016 - R\$ 75.505) compõe o saldo de R\$ 56.376 (30/06/2016 - R\$ 76.595) divulgado na nota 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	30/06/2017	30/06/2016
Rendas de câmbio	38.322	83.898
Despesas de câmbio	(36.393)	(89.633)
Total	1.929	(5.735)

b) Créditos Tributários

Créditos Fiscais Diferidos

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	264.947	220.650
Constituições	182.657	135.779
Reversões	(184.900)	(101.397)
Saldo Final	262.704	255.032

Débitos Fiscais Diferidos - Nota 16.a

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	14.805	4.133
Constituições	18.955	3.306
Reversões	(33.760)	(4.133)
Saldo Final	-	3.306

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo Fiscal	274.263	302.544
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	68.566	75.636
Base Negativa de Contribuição Social	277.986	305.992
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	55.597	61.198
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	151.176	79.829
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	33.162	15.796
Provisão para Contingências Trabalhistas	18.610	17.883
Provisão para Contingências Cíveis	19.098	26.090
Provisão para Despesas Administrativas	26.870	27.513
Provisão PLR - Administradores	6.122	11.126
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	5.990	18.623
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	17.348	672
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	1.805	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(891)	(31)
Ajustes Futuro DI e DDI	5.770	429
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(268)	(20)
Perdas em Operações de Crédito	17.501	63.930
Outras Diferenças Temporárias	3.000	623
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	305.293	262.463
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	305.293	262.463
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	76.323	65.616
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	61.059	52.493
Ajuste títulos de outros países	-	826
Ajustes DI Futuro	5.770	429
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	1.805	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	17.348	672
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	24.923	1.927
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	1.159	90
Total do Ativo Fiscal Diferido	262.704	255.032
Circulante	44.897	22.000
Longo Prazo	217.807	233.032

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2017	30/06/2016
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	6.954
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(323)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	-	6.631
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	-	1.658
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	-	1.326
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	6.954
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	-	6.954
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	-	323
Total do Passivo Fiscal Diferido	-	3.307
Circulante	-	3.307
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2017			30/06/2016		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2016	-	-	-	22.000	3.307	18.693
2017	44.897	-	44.897	91.350	-	91.350
2018	70.446	-	70.446	88.816	-	88.816
2019	27.000	-	27.000	48.111	-	48.111
A partir de 2020	18.204	-	18.204	1.996	-	1.996
A partir de 2021	102.157	-	102.157	2.759	-	2.759
Total	262.704	-	262.704	255.032	3.307	251.725

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2017, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 230.404 (30/06/2016 - R\$ 211.754).

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	6.574	8.519
Devedores por Depósitos em Garantia	14.291	12.376
Para Interposição de Recursos Fiscais	-	1.933
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	6.401	3.886
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	7.890	6.557
Adiantamentos Salariais/Outros	5.834	7.101
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	6.301	9.300
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.c)	58.219	-
Valores a receber venda da marca (Nota 30.e)	360.407	-
Outros	47.834	24.604
Total	499.460	61.900
Circulante	124.762	55.700
Longo Prazo	374.698	6.200

e) Direitos Creditórios

	30/06/2017	30/06/2016
Direitos Creditórios (Nota 8.a) ⁽¹⁾	1.649.962	1.759.147
Total	1.649.962	1.759.147
Circulante	1.460.197	1.578.274
Longo Prazo	189.765	180.873

(1) Na rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2017	30/06/2016
Bens não de Uso - Imóveis	70.742	72.602
(Provisão para Desvalorização)	(5.990)	(5.883)
Despesas Antecipadas	15.479	68.846
Total	80.231	135.565
Circulante	15.749	68.846
Longo Prazo	64.752	66.719

11. Participações em Coligadas e Controladas

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		30/06/2017
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação
Controladas			
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	59.494.050	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.448.550	99,90%
Original App Ltda	Desenvolvimento/Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Resultado da Equivalência Patrimonial			
			Valor dos Investimentos		Patrimonial	
			30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	30/06/2016	01/01 a 30/06/2017
Controladas do Banco						
Original Asset Management Ltda. ⁽¹⁾	2.545	1.428	2.545	60.320	1.428	1.300
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	1.075	(638)	1.074	880	(637)	(240)
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	-	-	-	8.385	-	(606)
Original App Ltda.	2.438	(430)	2.438	3.209	(430)	(204)
Total	6.058	360	6.057	72.794	361	250

(1) Em 5 de maio de 2017 o capital social da Original Asset Management foi reduzido em R\$ 61.119 por ser considerado excessivo. O novo capital social passou a ser de R\$ 2.000, com o consequente cancelamento de R\$ 61.119 quotas.

(2) Investimento alienado em dez/16 para partes relacionadas pelo valor contábil, não gerando resultado na alienação.

12. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

	Custo	Depreciação	30/06/2017	30/06/2016
			Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.422	(5.895)	29.527	30.846
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	57.986	(12.793)	45.193	618.667
Sistemas de Segurança e Comunicações	545	(287)	258	335
Total	93.953	(18.975)	74.978	649.848

b) Movimentação imobilizado de uso

	Saldo inicial 31.12.2016	Aquisição/ Baixa	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final 30/06/2017
	Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	30.403	5.448	-	(6.324)	29.527
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	663.412	(18.962)	(598.695)	(562)	45.193
Sistemas de Segurança e Comunicações	321	(41)	-	(22)	258
Outros	64	(64)	-	-	-
Total	694.200	(13.619)	(598.695)	(6.908)	74.978

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução n° 4.534 e reclassificou o montante de R\$ 598.695 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

13. Intangível

a) Valor residual

	Custo	Amortização	30/06/2017	30/06/2016
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	766.383	(85.295)	681.088	48.298
Total	766.383	(85.295)	681.088	48.298

b) Movimentação do Intangível

	Saldo inicial 31.12.2016	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldo Final 30/06/2017
	Gastos com Desenvolvimento	39.642	83.970	598.695	(41.219)
Total	39.642	83.970	598.695	(41.219)	681.088

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução n° 4.534 e reclassificou o montante de R\$ 598.695 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3 ou agentes de mercado, quando necessário.

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
					Total	Total
Depósitos à Vista	108.343	-	-	-	108.343	52.874
Depósitos Interfinanceiros	-	65.987	91.656	-	157.643	2.035
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	322.921	703.988	1.723.207	2.750.116	2.005.581
Total	108.343	388.908	795.644	1.723.207	3.016.102	2.060.490
Circulante					1.292.895	869.142
Longo Prazo					1.723.207	1.191.348

(1) Os depósitos a Prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 30 de junho de 2017 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 155.240 (30/06/2016 - R\$ 116.570), CDB no montante de R\$ 2.594.876 (30/06/2016- R\$ 1.889.011) em 30.06.2017 e 2016 o Banco não possuía saldo em DPGE .

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI, (30/06/2016 - 92% e 129% do CDI); e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 19,19 % a.a. e 8,70 % a.a. (30/06/2016 - 12,48% a.a. e 19,60% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5% a 106% do CDI (30/06/2016 - 101% a 109% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Depósitos Interfinanceiros	(8.630)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(184.024)	(117.313)
Captação no Mercado Aberto	(8.382)	(1.871)
LCA	(49.198)	(115.049)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.733)	(3.326)
Despesas de Letras Financeiras	(12.787)	(10.922)
Despesas de Letras Imobiliárias	(52.644)	(24.000)
Despesa com operação estruturada- COE	(192)	(38)
Total	(319.590)	(274.697)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
				Total	Total
Carteira Própria	478.431	-	-	478.431	50.001
Títulos Públicos - LTN	357.266	-	-	357.266	50.001
Títulos Públicos - NTN B	119.873	-	-	119.873	-
Outros	1.292	-	-	1.292	-
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	43.682
Títulos Públicos - NTN B	-	-	-	-	43.682
Total	478.431	-	-	478.431	93.683
Circulante				478.431	93.683
Longo Prazo				-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	237.581	393.889	159.338	790.808	1.709.336
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	534.370	179.715	209.341	923.426	431.107
Letras Financeiras- LF	35.869	28.027	81.828	145.724	171.192
COE (Captação de operação estruturada)	-	-	1.265	1.265	3.029
Total	807.820	601.631	451.772	1.861.223	2.314.664
Circulante				1.409.451	1.768.255
Longo Prazo				451.772	546.409

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações posfixadas entre 85% e 104% do CDI (30/06/2016 - 80% e 104% do CDI). Para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,91 % a.a. e 16,62% a.a. (30/06/2016 - 11,5% a.a. e 17,01% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações posfixadas no montante de 84% a 102% do CDI (30/06/2016 - 87% e 103% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações posfixadas de 112% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA, (30/06/2016 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 3.070 passivo (30/06/2016 - R\$ 6.569).

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	3.167	25.440	-	28.607	17.104
Funcafé - Estocagem	10.394	7.283	-	17.677	12.050
Funcafé - Capital de Giro	2.783	-	-	2.783	9.190
Total	16.344	32.723	-	49.067	38.344
Circulante				49.067	35.720
Longo Prazo				-	2.624

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	3.508	22.978
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(1.298)	-
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(2.141)	(1.437)
Total	69	21.541

(1) O efeito credor refere-se a variação cambial do semestre.

15. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	13.141	36.558	-	49.699	50.757
Obrigações para empréstimos no exterior	-	-	-	-	299.767
Total	13.141	36.558	-	49.699	350.524
Circulante				49.699	350.524
Longo Prazo				-	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. à 4,50% a.a.

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	982	1.147
Impostos e Contribuições sobre Salários	7.560	7.257
I.R.- s/ operações de renda variável	-	1
I.R.- s/ operações de renda fixa	757	2.177
IOF - Capital de Giro	109	362
Outros	3.112	1.484
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b)	-	3.307
Total	12.520	15.735
Circulante	12.520	15.735

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	21.338	17.883
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	19.098	26.090
Provisão para Pagamentos a Efetuar	69.692	68.714
Despesas de Pessoal	59.680	66.135
Outras Despesas Administrativas	5.364	398
Outros Pagamentos	4.648	2.181
Consignados	-	-
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.817	15.132
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	384	312
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	232	837
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	205	1.500
Recuperação de Crédito	9	121
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	344	773
Credores Diversos - Exterior/País ⁽³⁾	147.667	46.634
Provisão para Fianças	718	282
Total	273.504	178.278
Circulante	233.068	134.305
Longo Prazo	40.436	43.973

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras créditos diversas nota 9.d.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	20.621	18.753
Constituição	2.572	5.207
Atualização Monetária	1.195	759
Reversão por pagamento	(3.050)	(6.835)
Saldo Final	21.338	17.884

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.401 (30/06/2016 - R\$ 3.886).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução, e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Banco contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	20.689	33.759
Constituição	2.330	-
Atualização Monetária	217	677
Reversão	(4.138)	(8.346)
Saldo Final	19.098	26.090

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.890 (30/06/2016 - R\$ 6.557).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Processos Trabalhistas	17.857	1.868
Processos Cíveis	31.128	30.977
Total	48.985	32.845

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2017, o capital social de **R\$2.130.001** (30/06/2016 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2017			30/06/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LFT e títulos privados. Em 30 de junho de 2017 o saldo atingiu o montante de R\$ (8.514), (30/06/2016 R\$ (1.140))

c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2017 e 2016 não foram deliberados JCP e Dividendos.

c.1) Reserva de Lucros

Em 30 de junho de 2017 e 2016 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2017 e 2016 não houve constituição de reserva estatutária.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Banco, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio de Referência Nível I	1.297.005	2.069.922
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.297.005	2.069.922
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	6.694.351	8.754.358
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	359.539	2.269.846
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	620.293	551.158
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	5.714.519	5.933.354
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	19,4%	23,6%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 23,4%.

Em 2017 e 2016 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado composto pelo Banco Original e Banco Original do Agronegócio divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicional ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em junho de 2017 e 2016, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 24.031 (R\$ 13.901 – 2016).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consiste na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam R\$ 53 (R\$ 0 -2016).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

b) Plano de Saúde

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2017 é de R\$ 317 (30/06/2016 - R\$ 97).

c) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2017 e 2016:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2017	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2016	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Em 30 de junho de 2017 e 2016, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

Ações	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
	255.581	40.755	(19.713)	15.825
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	418.626	-	-	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 30.e)	360.407	-	-	-
Original Asset Management Ltda ⁽¹⁾	58.208	-	-	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	11	-	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	-
Original APP Ltda	-	-	-	-
Depósito a Vista	(3.153)	(4.313)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(12)	(147)	-	-
J&F Participações Ltda.	(2)	(51)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(6)	(1)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(2)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	-	-	-
Original Asset Management Ltda	(26)	(5)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda	(1)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(1.431)	(2.053)	-	-
Vigor Alimentos S.A.	(342)	(190)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(285)	(1.527)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(951)	(273)	-	-
Original APP Ltda	-	(1)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(1)	(12)	-	-
Picpay Serviços Ltda ME	-	(25)	-	-
Promotora (JBS)	(65)	(26)	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	-	-	1.783
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	1.783
Depósito a Prazo	(273.395)	(205.514)	(13.382)	(9.535)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.324)	(6.595)	(646)	(1.435)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(4.831)	(4.396)	(493)	(956)
JBS S.A. (JBS)	(65.738)	(84.350)	(4.268)	(161)
Original Asset Management Ltda	(60.466)	(17.741)	(1.096)	(623)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	(429)	(205)	(28)	(19)
J&F Participações Ltda.	(27.011)	(26.918)	(1.742)	(1.891)
J&F Investimentos S.A.	(14.065)	(29)	(8)	(0)
Seara Alimentos Ltda	(63.858)	(33.070)	(3.497)	(70)
Vigor Alimentos S.A.	(28.311)	(23.115)	(1.469)	(3.668)
Promotora (JBS)	-	(6.129)	-	(638)
Original APP Ltda	(2.362)	(2.897)	(135)	(65)
Outros	-	(69)	-	(9)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Captação no Mercado Aberto

Banco Original do Agronegócio S.A.

Valores a Pagar de Sociedades Ligadas

Picpay Serviços S.A.

J&F

(1) Valor a receber referente a redução de capital investido na empresa Original Asset Management

(2) Pessoas Físicas Ligadas

	(77.140)	(43.682)	(4.668)	(1.272)
	(77.140)	(43.682)	(4.668)	(1.272)
	(205)	(1.500)	(1.881)	-
	-	(1.500)	-	-
	(205)	-	(1.881)	-

Demais transações

Cessão de Crédito : Foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 478.048.(Nota 8.f). O montante de R\$ 245.098 foi recebido em ações da JBS, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda e o montante de R\$ 232.950 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios : Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.649.962 (30.06.2016- R\$ 1.759.147), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A.(Nota 9.e)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado no primeiro semestre foi de R\$ 1.881

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

21.a) Receita de Prestação de Serviços

Cobrança e Arrecadações

Prestação de Serviços de Assessoria Financeira

Serviço de recebimento e envio de valores

Outras

Total

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	2.278	1.994
	1.003	2.710
	1.597	2.980
	8.012	877
	12.890	8.561

21.b) Tarifas

Tarifas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	1.608	15
	1.608	15

22. Despesas de Pessoal

Remuneração

Encargos

Benefícios

Outras

Total

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	(106.397)	(60.764)
	(33.156)	(18.932)
	(17.681)	(7.827)
	(211)	(654)
	(157.445)	(88.177)

23. Outras Despesas Administrativas

Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros

Depreciações e Amortizações

Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾

Comunicações

Processamento de Dados

Aluguéis

Transportes e Viagens

Serviços de Vigilância e Segurança

Manutenção e Conservação de Bens

Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾

Água, Energia e Gás

Material

Despesas Legais e Jurídicas

Despesas com registros de títulos e documentos

Serviços de copa e cozinha

Indenizações Judiciais diversas

Outras despesas administrativas

Total

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com a B3.

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	(23.497)	(24.733)
	(49.127)	(10.485)
	(4.120)	(29.037)
	(943)	(648)
	(47.897)	(19.952)
	(5.021)	(5.222)
	(2.456)	(3.414)
	(1.826)	(1.609)
	(1.580)	(1.903)
	(27.058)	(6.500)
	(800)	(813)
	(518)	(345)
	-	(1.165)
	-	(1.017)
	-	(551)
	-	(507)
	(10.179)	(3.738)
	(175.022)	(111.639)

24. Despesas Tributárias

Despesa com COFINS

Despesa com ISS

Despesa com PIS/Pasep

IOF

Tributos Estaduais

Outras ⁽¹⁾

Total

(1) Taxas e outros tributos.

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	(11.123)	(7.971)
	(932)	(564)
	(1.808)	(1.295)
	(64)	(12)
	(180)	(120)
	(1.740)	(580)
	(15.847)	(10.542)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Atualização de Depósitos Judiciais	499	192
Atualização de Impostos a Compensar	111	2.617
Recuperação de Encargos e Despesas	1.538	566
Reversão de Provisões Operacionais	-	566
Reversão de Provisões Trabalhistas ⁽¹⁾	-	6.835
Reversão de Provisões Cíveis	1.591	8.346
Incentivo Fiscal ⁽²⁾	-	21.167
Reversão provisão Recursos Legais	-	-
Rendas de Garantias Prestadas	3.930	2.361
Outras receitas operacionais	317	74
Receita de Atualização Monetária (Nota 30.d)	21.951	-
Total	29.937	42.724

(1) Em 2017 foram classificadas na rubrica "Outras Despesas Operacionais"

(2) Trata-se da exclusão referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)."

26. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Provisões Operacionais	(717)	(6.643)
Trabalhistas	(717)	(5.966)
Cíveis ⁽¹⁾	-	(677)
Despesas com Cartão de Crédito	-	-
Indenizações trabalhistas	(350)	(1.635)
Despesas com Variação cambial	-	-
Outras	(1.033)	(2.222)
Total	(2.100)	(10.500)

(1) em 2017 está classificado na rubrica "Outras Receitas Operacionais".

27. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Ganho de venda de BNDU	-	-
Lucro na Alienação de Valores e Bens	(461)	(248)
Ganhos/Perdas de Capital	-	(317)
Total	(461)	(565)

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	3.033	(37.328)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3.018)	(321)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	700	(40.128)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	996	(40.121)
Base de cálculo - CSLL	715	(77.777)
Base de cálculo - IRPJ	1.011	(77.770)
CSLL - 20%	(143)	15.555
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(253)	19.443
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(396)	34.998
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(396)	34.998

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Neste sentido, o Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a necessária alocação de capital do Banco. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Banco é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2017, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam em R\$ 330.874 (30/06/2016 - R\$ 215.649), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2017 e 2016 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 782 (30/06/2016 - R\$ 282).

	30/06/2017	30/06/2017	31/12/2015	31/12/2015
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Fiscal	187.069	-	222.514	337
Locação	25.576	127	30.871	193
Confissão de Dívida	37.879	-	-	-
Prest. Serviço	10.618	70	8.348	42
Trabalhista	2.612	-	-	-
Banco (Financiamento)	57.120	535	7.598	76
B3	10.000	50	40.000	200
	330.874	782	309.331	848

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2017, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 54 (30/06/2016 - R\$ 322), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (30/06/2016 - R\$ 9). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Cessão de marca e domínio

O Banco Original, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais, da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A.(Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios : www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Banco continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento; e os pagamentos de royalties não ocorreram em 2016. O saldo a receber em 30 de junho de 2017 é de R\$ 360.407 e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 21.951 contabilizados na rubrica Resultados não operacionais.

31. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual controladora indireta do Banco Original, celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal - STF. Os acordos preveem o pagamento de multas, por parte desses executivos, bem como a colaboração com o Ministério Público Federal ("MPF"), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade, dentre outras obrigações. Em junho de 2017, a J&F, celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, o qual está pendente de levantamento de sigilo.

O Acordo prevê o pagamento de R\$10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do acordo. Tão logo haja o levantamento de sigilo, as subsidiárias da J&F terão acesso ao inteiro teor do Acordo e tomarão medidas cabíveis, caso necessário.

Em decorrência dos acontecimentos acima narrados, a administração do Banco Original S.A., em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia independente Sampaio e Ferraz Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores Legais"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos crimes delatados por seu controlador, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo no Banco Original ou se alguns dos membros da administração do Banco Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos mencionados crimes.

Os Assessores Legais estão conduzindo uma revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes e conduzindo análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações. Os Assessores Legais informaram que, com base nas atividades realizadas até esta data, não foram identificadas evidências de que o Banco Original S.A. e sua atual Administração ou qualquer de seus administradores e empregados atuais se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações financeiras. A investigação encontra-se em andamento e, apesar de não ser possível precisar a data de sua conclusão, estima-se que tais trabalhos devam ser concluídos neste semestre.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Leniência assinado pela J&F com o MPF, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente para realizar uma investigação interna em suas controladas e coligadas, com o objetivo de identificar a participação de seus colaboradores em atos ilícitos que não tenham sido revelados na colaboração premiada efetuada por seus executivos e ex-executivos. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê de Supervisão Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e três diretores do Banco.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade. A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 6 vezes no 1º semestre 2017 e fez 34 reuniões com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2017.

O Comitê de Auditoria emitiu uma recomendação de implantação desejável ao longo do primeiro semestre de 2017. A recomendação foi aceita.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2017 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 28 de agosto de 2017

O Comitê de Auditoria

Carlos André Hermesindo da Silva
Carlos Augusto Oliveira
Marcelo Santos
Marcelo Habice da Motta
Sandoval Martins